

EFEITOS DO REUNI NO DESEMPENHO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS: avaliação baseada em indicadores de gestão

Guiomar de Oliveira Passos¹
Amanda Carolina de Lima Quaresma²
Antonio Rubens dos Santos Dias³

Resumo

Este texto objetiva avaliar os efeitos do Programa REUNI nos indicadores de desempenho das universidades federais “Aluno tempo Integral/Professor Equivalente” e “Taxa de Sucesso na Graduação”, comparando-se a média, mediana e desvio padrão dessas medidas apresentadas nos relatórios de gestão das 53 participantes início (2008) e no fim (2013) da implementação. Constatou-se que a relação média aluno tempo integral/professor passou de 12 para 11,7 e a TSG que era 65,99% caiu para 50,32%. Assim, o Reuni produziu efeitos negativos nos desempenhos das instituições federais de ensino, conseqüentemente, a desejada ampliação do acesso ao ensino superior requereu novos aportes de recursos.

Palavras-chave: Avaliação de desempenho; Reuni; Indicadores de gestão.

Abstract

This paper aims to evaluate the effects of the REUNI Program on the Federal Universities performance indicators: "full-time student / equivalent teacher" and "graduation success rate". By comparing the Mean, Median, and Standard Deviation of those indicators; presented in the implementation management reports of 53 participants, from 2008 until 2013, it was found that the average student/teacher ratio decreased from 12 to 11.7 and the TSG, which was 65.99%, fell to 50.32%. Thus, Reuni had negative effects on the performance of Federal Educational Institutions and, consequently, the desired expansion of access to higher education required new resources.

Keywords: Management indicators; Reuni; Performance evaluation.

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília e professora da Universidade Federal do Piauí no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (Mestrado e Doutorado) e no Departamento de Serviço Social.

² Graduanda do curso de Serviço Social e bolsista do Programa de Bolsa de Iniciação Científica Voluntária da Universidade Federal do Piauí.

³ Graduando do curso de Serviço Social e bolsista do Programa de Bolsa de Iniciação Científica Voluntária da Universidade Federal do Piauí.

I INTRODUÇÃO

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni, foi criado através do Decreto nº 6.069, de 24 de abril de 2007 e é parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), um dos pilares do Plano Plurianual 2008-2011 “Desenvolvimento com inclusão social e educação de qualidade” (BRASIL, 2007), aprovado pela Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008 (BRASIL, 2008). Objetiva a criação de “[...] condições para ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível da graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007).

A meta global era “alcançar, gradualmente, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano: Taxa de conclusão média de noventa por cento nos cursos de graduação presenciais; Relação de dezoito alunos de graduação por professor em cursos presenciais” (BRASIL, 2007). Este texto avalia os efeitos do Reuni na relação professor/aluno e na taxa de sucesso na Graduação (TSG), comparando a situação em 2008, primeiro ano de implantação do Programa, e em 2013, após sua vigência com base nos parâmetros estabelecidos pelo Tribunal de Contas na Decisão nº 408/2002 para aferir o desempenho das IFES. Utilizam-se dois dos nove parâmetros estabelecidos que são afetos a essa meta: Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente, que evidencia a relação entre o número de alunos em tempo integral e o número de professores equivalentes nas IFES; e o indicador Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), que afere a relação entre o número de diplomados e o número total de alunos ingressantes.

Esses não são os parâmetros definidos pelo Ministério da Educação para aferir o alcance da Meta. Esse, fazendo uso da discricionariedade que lhe foi conferida pelo art. 1º do Decreto nº 6.096/2007, estabeleceu aferi-la com dois novos indicadores: “Taxa de conclusão dos cursos de graduação (TCG)” e “Relação de Alunos de Graduação Presencial por Professor”. O primeiro divide “o total de diplomados nos cursos de graduação presenciais (DIP) num determinado ano” pelo “total de vagas de ingresso oferecidas pela instituição (ING5) cinco anos antes” e o segundo a matrícula projetada (vagas oferecidas para ingresso) pelo total de professores equivalentes com dedicação exclusiva, excluídos aqueles vinculados à pós-graduação (BRASIL, 2007).

O que se questiona é se o Programa Reuni alterou os indicadores de desempenho. Trata-se, portanto, de uma avaliação de efeito, nos termos de Draibe (2001, p. 26), em que se verifica a situação das instituições participantes na implantação e após o término. Essa é uma avaliação de resultados em que se objetiva saber “o quanto e com que qualidade seus objetivos foram cumpridos” (DRAIBE, 2001, p. 19), diferindo-se da de processo. Nessa se focaliza “o desenho, as características organizacionais e de

desenvolvimento dos programas”, objetivando “detectar os fatores que, ao longo da implementação facilitam ou impedem que um dado programa atinja seus resultados da melhor maneira possível” (DRAIBE, 2001, p. 19-20). Naquela, deseja-se saber se um programa cumpriu seus objetivos, seja através de uma dimensão quantitativa ou qualitativa (DRAIBE, 2001).

O momento da avaliação, portanto, ocorre após a conclusão do programa ou projeto, ou seja, é uma avaliação *ex-post*, uma vez que busca verificar “a efetividade do programa, ou seja, seus resultados, impactos e efeitos” (DRAIBE, 2001, p. 19). Esses três tipos, ainda que genericamente abrigados sob a denominação de avaliação de resultados, têm escopos diferentes, que Draibe (2001, p. 21) denomina de “resultados propriamente ditos, impactos e efeitos”. Os “resultados propriamente ditos”, explica, “são os ‘produtos’ do programa, previstos em suas metas e derivados do processo particular de ‘produção’”, costumeiramente chamado de desempenho (DRAIBE, 2001, p.21). Já os impactos referem-se a “alterações ou mudanças efetivas na realidade sobre a qual o programa intervém e por ele são provocadas” (DRAIBE, 2001, p.21). Por sua vez, os efeitos são outros impactos do programa para o meio social ou institucional no qual se realizou, podendo ser esperados ou não (DRAIBE, 2001).

Cada um deles requer um tipo de indicadores. Numa avaliação de efeito, como a que aqui se expõe, em que se verifica as alterações provocadas pelo Programa nas instituições participantes, o que se pergunta é se o Reuni produziu melhoras nas capacidades institucionais, isto é, nos desempenhos das instituições federais de ensino, que eram condição para a ampliação do acesso ao ensino superior que pretendia alcançar: aumento do número de alunos por professor e de diplomados.

Para tanto, valeu-se da Decisão nº 408/2002 do TCU, da legislação instituidora do Programa e os relatórios de gestão das 53 universidades participantes. Nestes, obteve-se os dados relativos ao número de alunos por professor e de concludentes em relação ao de ingressantes que foram submetidos à análise estatística, através do programa Excel, com medidas de tendência central (Média e da Mediana), de dispersão (Desvio Padrão) e teste t de duas médias para verificar a diferença entre a média de cada indicador em 2008 e em 2013.

Os resultados estão expostos nesse texto que está estruturado em três seções, incluindo essa introdução que é a primeira. A segunda, partindo da definição de indicadores de gestão e das determinações do TCU através da Decisão nº 408/2002 do TCU, expõe a média, mediana, desvio padrão e o teste t dos resultados de aluno tempo integral/professor equivalente e taxa de sucesso na graduação verificados em 2008 e em 2013 nas 53

participantes, comparando a situação antes e depois da implementação do Reuni. Por último, avaliam-se os efeitos do Reuni no desempenho das IFES.

2 EFEITOS DO REUNI NOS INDICADORES “ALUNO TEMPO INTEGRAL/ PROFESSOR EQUIVALENTE” E “TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO”⁴

2.1 Indicadores de desempenho das IFES estipulados pelo TCU

O TCU, através da Decisão nº 480/2002, atualizada pelos Acórdãos nº 1043/2006 e nº 2167/2006, determinou que fossem incluídos nos relatórios de gestão anuais das IFES, os indicadores de desempenho, possibilitando acompanhar a evolução e, conseqüentemente, a indicação de aperfeiçoamento ou disfunção em alguma área específica (BRASIL, 2004).

Um indicador de desempenho, conforme o TCU, consiste em um “[...] número, porcentagem ou razão que mede um aspecto do desempenho, com o objetivo de comparar esta medida com metas preestabelecidas” (BRASIL, 2000, p. 9). São utilizados quando não se é possível realizar uma mensuração de forma direta, constituindo-se como uma via para medição do desempenho. Entre as principais finalidades no uso dos indicadores pelas instituições estão as de “possibilitar a avaliação qualitativa e quantitativa do desempenho global da instituição, por meio da avaliação de seus principais programas [...], e permitir o acompanhamento e a avaliação do desempenho ao longo do tempo” (BRASIL, 2000, p.11).

Para as IFES, foram estipulados nove indicadores: Custo corrente/ Aluno equivalente, Aluno tempo integral/Professor equivalente, Aluno tempo integral/Funcionário equivalente, Funcionário equivalente/Professor equivalente, Grau de Participação Estudantil, Grau de Envolvimento discente com a Pós-Graduação, Conceito Capes, Índice de Qualificação do Corpo Docente, Taxa de Sucesso na Graduação.

São indicadores que, como avaliam Santos, Castaneda e Barbosa (2011, p. 5), apresentam

uma metodologia de cálculo que tenta retratar a eficiência administrativa da Instituição a partir dos gastos da Universidade com cada aluno, da alocação eficiente de professores e funcionários, além da própria participação do docente e do discente na qualificação do serviço prestado pelas IFES.

Todavia, como adverte o próprio TCU (2011, p. 8), são informações

⁴ O cálculo do ano de 2013 envolveu 48 das 53 universidades participantes do Programa Reuni em face da não localização dos relatórios das seguintes: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

“essencialmente comparativas”, requerendo que sejam confrontadas “com metas ou padrões preestabelecidos, outras organizações do mesmo ramo de atividade, ou realizada uma comparação com os resultados alcançados em períodos anteriores, obtendo-se assim uma série histórica para análise”.

Para avaliar os efeitos do Reuni, expostos a seguir, compara-se o desempenho das IFES antes e depois da implementação.

2.2 O Reuni e o indicador aluno tempo integral/ professor equivalente

Este indicador, aluno tempo integral/professor equivalente, mede, proporcionalmente, a quantidade de alunos sob a tutela de um professor. Para o cálculo do professor equivalente, conforme a Decisão do TCU nº 408/2002, considera-se: o regime de trabalho – professor 20 h por semana (peso 0,5), professor 40 h por semana e dedicação exclusiva (peso 1,0) – e os professores efetivamente trabalhando. Já para o cálculo do aluno tempo integral são considerados todos os alunos registrado no ano do exercício referente as seguintes categorias: aluno de graduação (turnos diurno e noturno), total de aluno da pós-graduação *stricto sensu*, e total de alunos da residência médica (BRASIL, 2004).

O cálculo da relação aluno tempo integral/professor equivalente é feito pela soma dos alunos de Graduação tempo integral (AGTI) com alunos da Pós-Graduação tempo integral (APGTI) com alunos de Residência (ARTI) dividida pelo nº de professores equivalentes. A fórmula, conforme documento orientador do Tribunal de Contas da União e Secretaria da Educação Superior do Ministério da Educação (BRASIL, 2004) é a seguinte:

$$\frac{AGTI+APGTI+ARTI}{N^{\circ} \text{ de professores}}$$

Esses cálculos são publicados nos Relatórios de Gestão que as IFES apresentam anualmente. Os cálculos expostos na Tabela 1 mostram que em 2008, a média entre as IFES era de 12,00 alunos por professor, a mediana, 12,01 e o desvio padrão 2,80. Em 2013, todas as medidas utilizadas são menores, com exceção da mediana que em 2008 era de 12,01 e passou a ser 12,11. Fora isso, os valores da média e do Desvio Padrão são inferiores, comparando os dois anos, com valores decrescentes de 12,00 para 11,73 e 2,80 para 2,60, respectivamente.

Tabela 1 - Média, Mediana e Desvio Padrão da relação aluno tempo integral e professor equivalente.

Ano	Média	Mediana	Desvio Padrão
2008	12,00	12,01	2,80
2013	11,73	12,11	2,60

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos relatórios de gestão das universidades federais.

A situação se assemelha entre as instituições como fica evidenciado no Desvio Padrão 2,80 em 2008 e 2,60 em 2013 e na mediana, 12,01, quase o mesmo valor da média, sugerindo que há uma espécie de padrão na relação professor/aluno entre as universidades que o Reuni não foi capaz de alterar. Pelo contrário, o teste t de comparação de amostras pareadas de 0,49 atesta a queda da média no período e, por conseguinte, que o Programa, ao contrário do desejado, produziu efeitos negativos nesse indicador.

Como se expõe na Tabela 2, 50% das instituições reduziram o número de alunos por professor, enquanto 25% permaneceram com a mesma taxa e 25% elevaram.

Tabela 2 - Situação da relação aluno por professor nas Instituições Federais de Ensino em 2013 comparativamente a 2008

Relação aluno por professor em 2013 comparativamente a 2008	Nº de instituições	
	abs	%
Diminuiu	24	50
Não alterou ou as alterações foram menores que 1	12	25
Aumentou	12	25
Total	48	100

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos relatórios de gestão das universidades federais.

Entre as que diminuíram, excetuando-se aquelas cujos relatórios de 2013 não foram localizados, destacam-se as seguintes: Universidade Federal do Amapá, Universidade Federal de Pelotas, Universidade Federal de Rondônia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul cujas taxas reduziram de 6,55 a 4,85, sendo a maior registrada na primeira instituição e a menor na última. A Universidade Federal do Amapá tinha 15,12 passou para 8,57, uma redução de 43,32%, a de Pelotas que tinha 10,57 passou para 5,45, diminuindo 49,39%, a de Rondônia de 14,73 passou para 9,54, significando menos 35% e a Federal do Mato Grosso do Sul de 17,64, quase a relação desejada pelo Reuni, passou para 12,79, que representa 35,49% menos alunos por professor.

No outro extremo, as que elevaram o número de alunos por professor, destacam-se: a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia que de 5,76 passou para 11,39 alunos por professor, a Universidade Federal do Maranhão que tinha 8,56 alunos por professor e passou a ter 13,01 e a Universidade Federal de Pernambuco que saiu de 14,29 para 19,11, sendo a única a alcançar a meta estabelecida pelo Programa.

Desse modo, ao contrário do previsto, o Reuni não elevou a relação Aluno Tempo Integral/Professor equivalente para 18, provocando, pelo contrário, na metade delas, redução e a manutenção de apenas uma instituição com essa taxa, sendo no primeiro ano a Universidade de Brasília e agora a Universidade Federal de Pernambuco. Todavia, mais que não elevar, o que chama atenção é a redução ou a manutenção da relação em dois terços das participantes. As que mantiveram, cumpre observar, que tinham em média 11,77 alunos por professor ficaram com 11,60, por conseguinte, menor que antes.

Os efeitos, então, foram negativos, vez que as instituições federais permaneceram com 12 ou 11 alunos por professor que é 34% menos do desejado, indicando que, ao invés do aproveitamento dos recursos humanos existentes, como previsto, houve acréscimo de pessoal. Com efeito, o número de funções docentes em efetivo exercício nas instituições federais, conforme os Censos da Educação Superior de 2008 e 2013 (INEP, 2008; 2013), passou de 61.783 para 95.194 e o de matrículas de 643.101 para 1.045.507.

Ora, na proporção prevista no Reuni de 1/18, os 61.783 professores em 2008 deveriam atender 1.112.094 alunos, logo, eram suficientes para atender mais matrículas do que aquelas registradas em 2013. Com os novos contratos registrados ao final do período, o número de matriculados deveria ser 1.713.492, portanto, se antes a defasagem era de 468.993 alunos para o número de funções docentes agora é de 667.985, uma diferença de 198.992.

O Reuni, então, ao invés de aproveitar os recursos humanos existentes, ampliou a subutilização destes, provocando efeitos negativos no desempenho das IFES.

Os efeitos provocados na Taxa de Sucesso é o que se examina a seguir.

2.3 O Reuni e o indicador taxa de sucesso na graduação

Esse indicador mede o percentual dos alunos que se formam frente ao número de alunos ingressantes em cada curso, demonstrando a retenção no sistema acadêmico e, por conseguinte sua eficiência, sendo, na opinião de Santos, Castaneda e Barbosa (2011, p. 5), “aquele que reflete melhor a organização e o desempenho das IFES”. Para o cálculo, são considerados aqueles que completaram os créditos, mesmo que não tenham colado grau no ano letivo correspondente ao exercício (FREIRE; CRISÓSTOMO; CASTRO, 2007).

O cálculo da taxa de sucesso na graduação é feito pela divisão do número de diplomados (NDI) pelo número de ingressantes, considerando aqueles do ano dos estudantes que naquele exercício se graduam e a duração prevista dos cursos. Explica o Documento orientador (BRASIL, 2004): “para o caso de cursos anuais com duração de 4 anos, deve ser considerado o número de ingressantes de quatro anos letivos atrás; para

cursos com duração de 5 anos, devem ser considerados os ingressantes de cinco anos letivos atrás”. A fórmula é a seguinte (BRASIL, 2004):

$$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Diplomados (NDI)}}{\text{N}^\circ \text{ total de alunos ingressantes}}$$

A meta do Reuni era elevar, gradualmente, a taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento. Por conseguinte, para medi-la, usa-se o indicador Taxa de Sucesso na Graduação.

Procedeu-se do mesmo modo que na relação aluno por professor, calculando a Média, Mediana e Desvio Padrão (TABELA 2) e teste t das TSG publicadas nos Relatórios Anuais de Gestão da IFES. Os resultados, expostos na Tabela 3, de 2013 em relação a 2008, são menores em todas as medidas de tendência central e de dispersão. A média variou de 65,99 para 50,32, a mediana que era 67,00 reduziu para 49,86 e o desvio padrão passou de 16,92 para 12,33.

Tabela 3 – Média, Mediana e Desvio Padrão Taxa de Sucesso na Graduação de 2008 e 2013.

Ano	Média	Mediana	Desvio Padrão
2008	65,99	67,00	16,92
2013	50,32	49,86	12,33

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos relatórios de gestão das universidades federais.

Essas medidas, sejam de tendência central ou de dispersão, indicam que há relativa homogeneidade entre as universidades nesse indicador, pois os valores da média e da mediana se aproximam tanto em 2008 como em 2013, também comprovado pelo baixo desvio padrão para cada ano. Todavia, o desvio padrão de 2013 é menor do que o de 2008 e, por conseguinte, a heterogeneidade da TSG em 2008 é maior do que a de 12,33.

Os resultados da TSG nas universidades em 2013 foram mais diversificados do que em 2008 e, como demonstra o teste t de amostras pareadas, a diferença entre a média de 2013 e as de 2008 é $p=9,04$. Portanto, menor no primeiro do que no segundo.

Como se expõe na Tabela 4, 87,5% das instituições tiveram redução na taxa de sucesso na graduação e apenas 12,5% aumentaram.

Tabela 4 - Situação da taxa de sucesso na graduação em 2013 comparativamente a 2008

Situação da taxa de sucesso na graduação em 2013 comparativamente a 2008	Nº de instituições	
	abs	%
Aumentou	6	12,5
Diminuiu	42	87,5
Total	48	100

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos relatórios de gestão das universidades federais

Os aumentos variaram de 2,30 pontos percentuais, registrado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que tinha em 2008 uma TSG de 76,6% e passou a ter de 78,9%, a 29,00 pontos percentuais, verificados na Universidade Federal do Vale do São Francisco que saiu de 3,55% para 29%. Dentre estas, destaca-se a Universidade Federal do Maranhão que tendo um TSG de 62,06% em 2008 elevou-a para 81,61%, sendo o melhor resultado pós-Reuni. As reduções, como exposto na tabela 5, são diversificadas, sendo de 21% menos de 10pp, 40% de 10 a 20pp, 21% de 21 a 30pp, de 21 a 30pp, 14% de 31 a 40 e 2% mais de 60pp.

Tabela 5 - Distribuição das IFES segundo a redução da TSG no primeiro e no último ano do Reuni

Redução da TSG em pontos percentuais	Nº de instituições	
	abs	%
Menos de 10	9	21
10 - 20	17	40
21 - 30	9	21
31 - 40	6	14
41 - 60	0	0
mais de 60	1	2
Total	42	100

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos relatórios de gestão das universidades federais

Verifica-se que há um contingente que, praticamente, manteve a TSG, reduzindo menos de 10pp e também que apenas 2%, uma instituição, a Universidade Federal de São Paulo, teve sua taxa reduzida a mais da metade, saindo de 93% para 23,54%. As demais se concentram entre 10 e 30 pontos. Entre estas, destacam-se: a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA) que tinha TSG de 101% em 2008 e passou para 75% em 2013, uma redução de 26 pontos percentuais; a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) cuja taxa era 80% e ficou 49%, reduzindo 31 pontos percentuais e a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) que reduziu 32 pontos percentuais, saindo de 89% para 57%.

Desse modo, o Reuni não elevou a TSG para 90%, provocando, pelo contrário, redução em mais da metade das IFES, inclusive naquelas que inicialmente registravam esse índice ou dele estavam próximo, como é o caso da Universidade Federal de São Carlos, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e da Universidade Federal de Ciências da Saúde

de Porto Alegre (UFCSPA). Essa, ainda que reduzindo, destacou-se entre as demais, pois as mais próximas, as Universidades Federais do Pará e do Tocantins, alcançaram, respectivamente, 69,06% e 64,95%, perdendo, contudo, para a Universidade Federal do Maranhão que teve 81,61%, sendo o melhor resultado pós-Reuni.

Os efeitos, então, foram negativos, vez que as instituições federais reduziram a TSG de 65,99% para 50,32% o que é pouco mais (56%) do que desejava, indicando que, ao invés de ter melhorado a eficiência do sistema, tornou-o mais ineficiente. O número de concluintes, conforme os Censos da Educação Superior de 2008 e 2013 (INEP, 2008; 2013), que era de 84.036, teve um aumento de 28%, chegando em 2013 a 107.792.

Esse aumento, como se verifica nos Censos da Educação Superior (INEP, 2007-2013) é inferior ao previsto, pois, considerando-se cinco anos de duração dos cursos, dos 162.115 que ingressaram em 2008, pelo menos 96.270 deveriam ter concluído e os concluintes de 2013 deveriam ser 201.262 e não apenas os 107.792. São, respectivamente, 49.634 e 93.470 formandos a menos do que previa o Reuni.

O Reuni, então, ao invés de tornar as IFES eficientes, aprofundou suas ineficiências, reduzindo o número de alunos por professor e a taxa de sucesso na graduação. Por conseguinte, os efeitos do Reuni tanto na relação aluno por professor quanto na TSG foram negativos para as instituições tomadas em conjunto e para a maioria delas em particular, vez que ambos sofreram redução no período analisado.

3 CONCLUSÃO

Este texto avaliou os efeitos do Reuni na relação professor/aluno e na taxa de sucesso na Graduação (TSG) nas universidades participantes, comparando a situação em 2008, primeiro ano de implantação do Programa, e em 2013, um ano após sua vigência, com base em dois dos indicadores publicados nos relatórios de gestão das IFES apresentados anualmente em obediência à Decisão nº 408/2002-TCU. As alterações nesses dois indicadores influenciam o alcance da meta global e, conseqüentemente, os objetivos traçados no Decreto.

Esses indicadores retratam a eficiência administrativa das IFES tendo em vista o aprimoramento da gestão. Por conseguinte, úteis para examinar, por um lado, o alcance da meta global do Reuni e, por outro, se esse provocou efeitos sobre o desempenho destas, ainda que não o previsse como um dos seus produtos. Isso porque o alcance do objetivo do Programa, “ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível da graduação”, se daria “pelo melhor aproveitamento da estrutura física e recursos humanos existentes nas universidades federais” (BRASIL, 2007), logo, pela eficiência administrativa que com os indicadores se avalia.

É uma avaliação dos efeitos que, como um tipo de avaliação de resultado, se realiza após a conclusão do Programa, examinando as influências que esse provocou no meio institucional. Dito de outro modo, verificam-se as melhorias nas capacidades institucionais produzidas pelo Programa Reuni ou, mais especificamente, nos desempenhos das instituições federais de ensino, que eram condição para a ampliação do acesso ao ensino superior que pretendia alcançar: aumento do número de alunos por professor e de diplomados.

Para isso, recorreu-se às informações publicadas nos Relatórios de Gestão das 53 IFES que aderiram ao Reuni sobre o número de alunos por professor e a taxa de sucesso na graduação e calculou-se média, mediana, desvio padrão e teste t de duas médias para verificar a diferença entre 2008 e em 2013. Além disso, se verificou a frequência dos resultados, examinando a extensão dos efeitos negativos e positivos sobre os indicadores.

Os resultados mostraram que a média da relação aluno tempo integral/professor em 2013 é 11,73 e em 2008, 12,00. Logo, contrariamente ao previsto pelo Reuni, há uma leve redução do número de alunos por professor entre o início e o fim do Programa, registrando-se elevação em apenas um quarto das participantes e apenas uma, a Universidade Federal do Maranhão, que alcançou a meta. Na verdade, após o Reuni, na metade das IFES, tem-se redução do número de alunos, inclusive naquelas que, à época de sua implantação, apresentavam a proporção desejada.

Por conseguinte, os efeitos do Reuni foram negativos na relação aluno por professor, evidenciando, como se constatou nos Censos Educacionais do período, que a expansão da oferta não se deu pelo aproveitamento dos recursos humanos, mas pela sua ampliação o que provocou o aumento da subutilização e, conseqüentemente, produzindo efeitos negativos no desempenho das IFES.

Na TSG, a situação é similar, pois a média que era 65,99% em 2008 caiu para 50,32% em 2013, registrando-se redução em 87,5% das instituições, inclusive, naquelas, como as Universidades de São Paulo, de Ciências da Saúde de Porto Alegre, de São Carlos e de Uberlândia, que antes apresentavam o resultado desejado ou estavam muito próximo dele. Esse, no final do período em análise, não foi alcançado por nenhuma das instituições, sendo o melhor deles o da Universidade Federal do Maranhão taxa de 81,61%.

Os efeitos, então, foram negativos, vez que a taxa de sucesso na graduação das instituições federais era 56% da desejada ao final do Programa o que, mais do que o não alcance da meta, significa um número menor de concluintes e, conseqüentemente, ineficiência.

Assim, o Programa Reuni não produziu melhoras nas capacidades institucionais, isto é, nos desempenhos das instituições federais de ensino, que eram condição para a ampliação do acesso ao ensino superior que pretendia alcançar, conseqüentemente, o alcance de seus objetivos implicou, resta examinar, novos aportes de recursos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Tribunal de Contas da União -TCU. **Técnica de auditoria:** indicadores de desempenho e mapa de produtos. Brasília, DF, 2000.

_____. Tribunal de Contas da União – TCU; Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC **Orientação para o cálculo dos indicadores de gestão.** Decisão 408/2002 – Plenário. Brasília, DF, março de 2004.

_____. Tribunal de Contas da União - TCU/Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo (Seprog). **Técnica de indicadores de desempenho para auditorias.** Brasília, 2011

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação Superior. **Diretrizes Gerais do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI.** Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>>. Acesso em: 11/01/2016.

_____. **Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008.** Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011. 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11653.htm>>. Acesso em: 11/01/2016.

DRAIBE, S. M. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BAREIRA, M. C. R. N.e; CARVALHO, M. do C. B. de (Orgs.). **Tendências e Perspectivas na Avaliação de Políticas e Programas Sociais.** São Paulo: IEE/PUC-SP, p. 13-42. 2001.

FREIRE, F. de S.; CRISÓSTOMO, V. L.; CASTRO, J. E. G. Análise do Desempenho Acadêmico e Indicadores de Gestão das IFES. **Revista Produção On Line.** Edição especial/dezembro de 2007. Disponível em: <<<http://producaoonline.org.br/rpo/article/view/57/57>>>. Acesso em 12/01/2015.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopses Estatísticas da Educação Superior - Graduação.** Brasília, 2007-2013. Disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 11/01/2016.

SANTOS, C. de S.; CASTANEDA, M. V.; BARBOSA, J. D. Indicadores de Desempenho das IFES da Região Nordeste: uma análise comparativa. **XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, II Congresso Internacional IGLU.** Florianópolis, 7 a 9 de dezembro de 2011. Disponível em: <<<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/25952/2.4.pdf;jsessionid=A6AD7873C0B7A337A34C96C154D89909?sequence=1>>>. Acesso em: 11/01/2016.